

# Etnografia, história e memória entre moçambicanos no Brasil: possibilidades e limitações políticas em campo<sup>1</sup>

Victor Miguel Castillo de Macedo<sup>2</sup>

Doutorando em Antropologia/Museu Nacional-UFRJ

## Resumo

O presente artigo descreve algumas das vicissitudes do contexto e as estratégias de investigação adotadas durante uma pesquisa etnográfica entre moçambicanos em Curitiba, no sul do Brasil (2012-2015). Assim, os objetivos do texto são: narrar as disputas por legitimidade da historiografia moçambicana contemporânea; evidenciar os dilemas encontrados diante da possibilidade das memórias e opiniões políticas, registradas na pesquisa, gerarem constrangimentos para os interlocutores da burocracia estatal; e situar o diálogo com preocupações históricas e historiográficas como meio para o dimensionamento ético na etnografia. Para tal, utiliza-se a argumentação construída na dissertação, de modo reordenado, a fim de reforçar a ideia de que o cuidado com as disputas historiográficas contribuiu, sensivelmente, para lidar com as tensões políticas moçambicanas. Portanto, a reflexão desenvolvida pretende incentivar a incorporação dos obstáculos, éticos e epistemológicos, de cada pesquisa etnográfica à produção do objeto investigado e suas inquietações.

**Palavras-chave:** Memória; Guerra; História; Políticas do Conhecimento.

## Abstract

The present article describes some of the vicissitudes of the context and the investigation strategies adopted during a ethnographic research among Mozambicans in Curitiba, in southern Brazil (2012-2015). Thus, the objectives of the text are to narrate the legitimacy disputes of the Mozambican contemporary historiography and also to evidence the dilemmas founded before the possibility of political memories and opinions, registered in the research, create constraints to the interlocutors of the state bureaucracy and, finally, to

---

1 Agradeço @s parecerist@s da R@U pelos valiosos e necessários apontamentos.

2 Mestre em Antropologia pelo PPGA (UFPR).

situate the dialogue with historical and historiographical concerns as a way to the ethical measurement in ethnography. For such, it reinforces the idea that the care with historiographical disputes has contributed sensibly to deal with the Mozambican political tensions. Therefore, the reflection developed intends to incentive the incorporation of each ethnographic research's ethical and epistemological obstacles to the production of the object inquired and its concerns.

**Keywords:** Memory; Warfare; History; Politics of Knowledge.

## Introdução

Na manhã do dia 3 de março de 2015, o professor franco-moçambicano especialista em Direito Constitucional da Universidade Eduardo Mondlane, Gilles Cistac, foi assassinado em frente ao café que frequentava todas as manhãs.

Poucos meses antes, em 30 de janeiro, o mesmo professor havia sugerido numa entrevista, a possibilidade de existência de uma forma de governo que garantisse mais autonomia para províncias que apoiam a oposição ao governo moçambicano. A posição do professor Cistac se referia à controvérsia instaurada após as últimas eleições presidenciais de Moçambique. A disputa pelo governo ao final de 2014 se dividiu mais uma vez entre os dois principais partidos do país (como ocorreu em 1994, 1999, 2004, 2009), Frelimo e Renamo.<sup>3</sup> Como nas outras disputas eleitorais para a presidência, houve acusações e evidências sobre fraudes eleitorais, urnas preenchidas com cédulas favoráveis ao partido no poder ou ainda urnas com mais cédulas que o número de eleitores de cada região. As declarações feitas pelo constitucionalista tinham a ver portanto, com anseios das populações de regiões aonde a Renamo era mais forte, nomeadamente o Centro e o Norte do país. O caso do professor Cistac é exemplar de uma linguagem política marcada pelas memórias e a violência da guerra. Assim delinear formas de funcionamento desta linguagem e as suas implicações éticas e políticas para aproximações etnográficas à realidade moçambicana se impõe como parte necessária a qualquer discussão antropológica sobre tal território.

Os eventos brevemente descritos acima compõem uma discussão a respeito de dilemas metodológicos que surgiram ao longo de uma pesquisa com estudantes moçambicanos na cidade de Curitiba – é sobre tais dilemas e as estratégias para dar conta deles, que este artigo versará. A dissertação de mestrado decorrente da pesquisa – intitulada “Memórias, Silêncios e Intimidades: Sobre a política no Moçambique contemporâneo” (Castillo de Macedo 2015) – se centrou nas dinâmicas decorrentes de práticas mnemônicas entre os interlocutores, que mobilizavam compreensões e questões candentes da política contemporânea em Moçambique. Meus interlocutores eram homens e mulheres entre 30 e 40 anos,

3 Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), constituem as duas maiores forças macro-políticas no Moçambique do período pós-colonial. A Frelimo, inicialmente conhecida como organização político-militar que de 1962 a 1975, lutou pela independência do país. A Renamo, compreendida pela história oficial enquanto uma milícia armada e financiada primeiramente pela Rodésia e, posteriormente, pela África do Sul (seguindo os eixos em oposição da Guerra Fria), começou a atuar no solo moçambicano em 1976. Este grupo iniciou no interior moçambicano uma guerra (1976-1992) contra o Estado independente e socialista (instaurado pela Frelimo) cujos efeitos são sentidos até hoje.

que vieram para Curitiba para fazer seus mestrados, quase todos eles eram bolsistas do Programa Estudante Convênio Pós-Graduação (PEC-PG), com a exceção de um bolsista da Fundação Ford.<sup>4</sup> Minha proposta foi trabalhar com fragmentos etnográficos evidenciando momentos coletivos e íntimos que continham diversas temporalidades e sensibilidades políticas de Moçambique.

Diante do espectro do conflito entre as agremiações altamente militarizadas que atuam de forma violenta no país, acessar e mobilizar parte dos eventos do período da Guerra Civil foi uma operação cuidadosa.<sup>5</sup> Primeiramente, parto da compreensão de que a atenção aos processos históricos não pode ser mero esforço de contextualização, mas sim uma forma de qualificar os elementos significativos das relações de meus interlocutores entre si, bem como de minha relação com eles. Tendo isso em vista, procuro evidenciar a etnografia como uma forma de compreensão dos fatos que não se deixa enquadrar na disputa epistemológico-política entre as duas interpretações predominantes sobre a história do país do sul-africano.

Uma vez apresentada tal disputa historiográfica, demonstro parte de meu percurso em campo e cuidados que tive para dar conta de preocupações de meus interlocutores com as memórias expostas a respeito da guerra pós-colonial de Moçambique. Tais dilemas éticos, sobre o ‘como’ escrever a respeito do que não se fala, e a compreensão de que evitar tais cuidados pode comprometer a vida dos interlocutores, são trazidos na sequência do texto. Finalizando, situo estes cuidados em relação a preocupações já expostas por pesquisadores brasileiros que trabalham com contextos africanos (Trajano et al. 2009) – afim de que as contribuições possíveis sejam compreendidas em perspectiva.

## Contextos que se interpõem

O interesse em compreender a presença de estudantes provenientes do continente africano no Brasil tem crescido desde os anos 2000. Pesquisas exemplares desse movimento como as de Verônica Tchivela Pedro (2000) e Dulce Mungoi (2006), desenvolveram

4 Não pretendo me demorar na descrição do ambiente em que viviam meus interlocutores moçambicanos no período da pesquisa. De forma mais resumida, posso afirmar que eles não fazem parte da elite urbana cosmopolita da capital, Maputo. Jason Sumich descreve que as redes as quais a elite faz parte “formam estruturas de poder que ligam, elites, o governo, agências internacionais e de negócios de maneiras mutualmente beneficentes e auto-sustentadoras” (Sumich 2007: 6). Apesar de a maioria ter vindo do sul de Moçambique, havia alguns do centro e do norte (à margem do poder central da capital). A maior parte deles era de engenheiros florestais – ainda assim havia pessoas de outras áreas das ciências exatas, e alguns poucos das ciências humanas. Eu tratei com mais detalhes das condições de vida deles em minha monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais, intitulada “Moçambique, Novas Machambas: trajetórias e experiências de engenheiros florestais moçambicanos em Curitiba” (Castillo de Macedo 2013), ao longo dos anos trabalhando nestas pesquisas conheci ao menos vinte moçambicanos na condição de estudantes de pós-graduação na UFPR, com oito deles (três mulheres e cinco homens) tive uma proximidade maior, a qual chamo de intimidade, por razões analíticas que ficarão mais claras ao longo do texto.

5 A guerra do período pós-colonial é uma temática tão controversa, que mesmo a ideia de uma “Guerra Civil” é questionada. Alguns autores sugerem que ainda não havia um Estado-nação consolidado após a independência. Logo as populações em conflito não eram cidadãos de uma mesma nação, voltarei mais adiante a essa controvérsia.

leituras que giravam em torno de processos de identificação que se produziam no convívio de africanos de diferentes países do continente no Brasil. Apesar de chamarem a atenção para situações de violência que muitos destes estudantes sofrem, estes dois trabalhos parecem reproduzir um ideal de identidade africana cosmopolita. Ideal proveniente de importantes movimentos históricos do continente como por exemplo, o pan-africanismo, que nem sempre é compartilhado no Brasil com a mesma intensidade de quando surgiram. Por outro lado, as pesquisas de Carlos Subuhana (2005), Danielle Mourão (2006) e Yara Ngomane (2010), reduziram seus recortes às limitações nacionais ou regionais – mantendo a questão da identidade nacional de forma mais estabilizada, ou pouco questionada.

À diferença de tais trabalhos, procurei evitar a sugestão de uma identidade anterior e estável, ou de um significado unificador, fosse de uma comunidade africana, fosse de compatriotas (no caso de meu trabalho, de moçambicanos – ainda que não tenha conseguido abandonar o indicativo de nacionalidade em comum nas descrições). Com uma proposta mais modesta, a pesquisa que desenvolvi se aproximou do trabalho de Sara Santos Morais (2012), no qual a preocupação central foi a volta de moçambicanos que estudaram no Brasil, e a lógica hierárquica que orienta o interesse em estudar no exterior entre moçambicanos de áreas urbanas. Mais especificamente, o que procurei fazer foi mobilizar identificações em processo, sem no entanto deixar de considerar as fissuras que compunham as relações entre moçambicanos em Curitiba. Tais fissuras são decorrentes de sensibilidades históricas – relacionadas com memórias e pertencimentos regionais. Assim, é certo que havia uma solidariedade entre meus interlocutores por estarem em um país distinto, mas esses laços estavam abertos a ingerência de marcadores como o gênero, a profissão, a geração, a região de origem e a religião de cada um.

Esse breve preâmbulo a respeito dos trabalhos publicados sobre a presença de estudantes africanos no Brasil, e/ou a sua experiência aqui, tem o objetivo de destacar a importância secundária (talvez o caso do trabalho de Morais seja uma exceção), que a compreensão histórica teve para as reflexões empreendidas. Não que seja o caso do resgate de uma historiografia detalhista e positivista das pesquisas concernindo os países do continente africano. Mas a ausência de qualquer tipo de imaginação histórica (Comaroff & Comaroff, 2010), termina por esterilizar e ignorar algumas das conflitualidades, agenciamentos e pertencimentos que compõem as dinâmicas políticas contidas nas relações analisadas. Em minha pesquisa, isso significou procurar compreender como os moçambicanos se relacionavam em Curitiba, mas também levar em conta o quanto os eventos que ocorriam em seu país ressoavam em seu cotidiano. A medida que esses diferentes níveis de compreensão iam se tornando mais complexos em minha relação com eles, mais questionamentos a longo prazo surgiam. O primeiro momento em que me deparei com isso foi quando tentava dar um ganho analítico para a situação ocorrida com meu interlocutor João Paulo.<sup>6</sup>

João Paulo, nascido na província de Inhambane, na cidade de Maxixe no ano de 1979, fez toda a sua vida escolar, anterior à universidade, nesta localidade. Seu pai trabalhou algum tempo nos correios – durante o período colonial – posteriormente, trabalhou em uma ONG italiana, e ao final da vida foi contabilista de um posto de gasolina. Sua mãe, até o período do fim da pesquisa, era dona de casa. Meu interlocutor foi viver na capital de Moçambique, Maputo, para fazer seus estudos em Engenharia Florestal na Universidade Eduardo

6 Os nomes dos interlocutores foram todos alterados para preservar a identidade destes moçambicanos, as razões para tal compõem o argumento do texto.

Mondlane.<sup>7</sup> Após concluir o ensino superior, pôde conhecer melhor as outras regiões de seu país – e antes da vinda ao Brasil estava trabalhando em Pemba, capital da província de Cabo Delgado (no norte, na divisa com a Tanzânia). Ele se tornara um dos coordenadores provinciais para assuntos envolvendo a comercialização de madeiras. Como a maioria de seus conterrâneos que vivia em Curitiba, João Paulo trabalhava no Estado.<sup>8</sup>

No período da entrevista que fiz com ele em 2012, minha preocupação central era compreender sua trajetória escolar. Naquela ocasião, aconteceu deste meu interlocutor comentar sobre sua admiração por Samora Machel<sup>9</sup> – não por acaso, foi justo quando havia desligado meu gravador. Nessa mesma hora, lhe perguntei se de alguma forma a Guerra Civil havia lhe afetado (uma vez que esta durou quase toda a sua infância), ou se ele se lembrava de algum conflito que o havia marcado. João Paulo, taxativo em sua resposta, me disse que a guerra havia passado longe de sua cidade, e por isso não tinha muito a me contar sobre tal evento.

Meses mais tarde, no entanto, quando eu e ele já havíamos nos aproximado mais e parte de minha pesquisa de então já estava concluída, sua reação ao comentar este tópico foi outra.<sup>10</sup> Havíamos acabado de sair da defesa de mestrado do moçambicano Eusébio, também de Inhambane, que foi quem me apresentou a maior parte dos meus interlocutores. Nós três e mais um amigo brasileiro de Eusébio, fomos naquele dia a um bar próximo da reitoria da Universidade Federal do Paraná. Lá, enquanto comentávamos o desempenho de Eusébio na defesa, o tema da guerra surgiu como um ponto controverso da história moçambicana. Para explicar a intensidade do evento João Paulo comentou a história de um tio que sobreviveu ao maior massacre da guerra, ocorrido na cidade vizinha da sua, Homoíne. Seu tio, que perdeu toda a família durante o massacre (conhecido na literatura como “Massacre de Homoíne”),<sup>11</sup> conforme João Paulo nos contou, ficou anos sem conseguir falar. O tio, sobrevivente, vive com o resto da família na Maxixe. Posteriormente, naquele dia, me questionei o que o teria impedido de me contar esses fatos antes – mas a questão mais sensível e talvez mais reveladora, seja: como foi possível falar sobre aquilo que se prefere não lembrar?

As condições da conversa naquele dia certamente eram completamente distintas, mas não deixavam de conter, como em tantas outras situações que experimentei em campo,

7 Universidade Eduardo Mondlane, ou UEM, leva o nome de um antropólogo nascido em Moçambique e educado em missões protestantes estadunidenses, que posteriormente se tornou acadêmico e professor. Isso foi antes de voltar a Moçambique para a criação da Frelimo. Mondlane foi assassinado por uma carta-bomba durante a Guerra de Independência, em 1969.

8 Estas informações são resultado de uma entrevista que fiz com João Paulo no ano de 2012, na pesquisa que resultou em minha monografia (Castillo de Macedo 2013).

9 Samora Machel, ex-presidente de Moçambique, foi quem liderou a Frelimo na luta pela independência, foi o primeiro chefe de Estado do país. Antes dele, o líder da Frelimo era Eduardo Mondlane e após sua morte, Machel assumiu a liderança da organização num processo cercado de intrigas.

10 Esse relato foi utilizado também no segundo capítulo de minha dissertação de mestrado (Castillo de Macedo, 2015: 38-41).

11 O “Massacre de Homoíne” foi a forma como ficou conhecido o ataque das forças da Renamo à cidade de Homoíne, na província de Inhambane (no sul de Moçambique). Teve início às 5 horas da madrugada do dia 18 de julho de 1987, por volta das 10 horas da manhã, muitas pessoas que fugiram com o barulho dos tiros e procuraram retornar foram surpreendidas pelos homens armados. A extensão do ataque chegou até hospitais e maternidades. A versão oficial relata como principal responsável pelas mortes a guerrilha da Renamo. Pessoas que estiveram no local, no entanto, afirmam que os ataques à civis vinham tanto das forças do governo como dos “bandidos” (como eram chamados os da Renamo).

toda a complexidade do passado recente de Moçambique. Conforme já descreveu Thomaz (2008: 200), em estudo sobre rumores e efeitos da “Operação Produção”<sup>12</sup> em Moçambique, não houve na fala de João Paulo, nenhum “compromisso com a sedução do interlocutor” – detalhes, ou descrições mais demoradas a respeito de determinada situação. O momento de comemoração posterior ao ritual de defesa da dissertação por um conterrâneo talvez tenha levado João Paulo a uma situação exterior ao cotidiano na qual ele já teve o tempo de “trabalhar a violência” (conforme Das 1999: 41). Antes de relatar de que forma minha relação com os demais continha uma intimidade semelhante a que desenvolvi com este moçambicano, quero demonstrar que a despeito de milhares de traumas pessoais envolvidos na experiência da guerra, as disputas sobre versões e legitimações de fatos, também fizeram parte de meu campo com moçambicanos. Observei em outra situação (Castillo de Macedo 2015: 66), com relação ao espectro mais amplo da sociedade moçambicana, que para aqueles que se preocupavam em construir uma história do território moçambicano enquanto um país, uma nação, não se tratava somente de produzir o esquecimento do fratricídio (Anderson 2008). No caso de guerras internas ao território nacional e recentes, é preciso notar, como chama a atenção Michael Pollak, a dinâmica dos “enquadramentos da memória” (Pollak 1989: 9), que solem defender fronteiras e cuidar da manutenção da coesão interna.

Essas modulações de eventos passados, e as controvérsias que as cercam, evidenciam questões muito interessantes sobre possíveis leituras a respeito do período posterior à independência. Refiro-me aqui, especificamente, ao embate entre cientistas sociais ingleses e franceses, que ocorreu nos últimos 30 anos, com relação ao papel da Frelimo, enquanto organização promotora de uma modernidade socialista no Moçambique pós-colonial.

## Historiografias

As disputas a respeito da acuidade na forma de relatar os eventos e fatos que constituíram o território que hoje chama-se de Moçambique, se deram entre alguns historiadores e antropólogos da esquerda europeia. Apesar de estarem próximos, em um panorama ideológico mais amplo do jogo político ocidental, tais posições informam e definem posicionamentos como o do professor Gilles Cistac – com quem iniciei a discussão do artigo. Por outro lado, essa é também uma forma de evidenciar o desdobramento de escolhas e leituras produzidas por trabalhos antropológicos em Moçambique.

No ano de 1968, em meio a Guerra de Independência contra o colonialismo português, a linha revolucionária (corrente marxista liderada por Samora Machel) assumiu as rédeas do partido durante o II Congresso. Um ano após a independência, em 1976, criou-se um centro de pesquisa dedicado a compreender a realidade das populações que habitavam o território moçambicano, para posteriormente se definirem as melhores políticas de criação do “homem novo moçambicano”.<sup>13</sup> Este foi o chamado Centro de Estudos Africanos – CEA,

12 Esta foi uma política implementada no período socialista pela Frelimo, iniciada em 1983. Tratava-se de uma ação policial repressiva que enviava aqueles considerados ‘vagabundos’ (delinquentes, prostitutas ou desocupados) das cidades para campos de trabalho forçado em zonas rurais de baixa densidade demográfica (Thomaz 2008: 191).

13 Sobre o projeto do “Homem Novo moçambicano” e no que implicou o marxismo da Frelimo, ver Macagno (2009: nota 17; 2005: 9) – ideia que se popularizou nos movimentos socialistas europeus a partir dos

da então Universidade Eduardo Mondlane – UEM (dirigido então pelo intelectual moçambicano Aquino de Bragança) (Fernandes 2013). No início a maior parte dos professores da UEM eram jovens recém-formados, o CEA aos poucos passou a receber pesquisadores estrangeiros, na sua maioria marxistas, interessados em acompanhar as mudanças que se instauravam naquele contexto e compreender quais haviam sido os legados do colonialismo. Entre os estrangeiros havia uma maioria anglofalante que advinha da luta sul-africana contra o apartheid. Desta leva, veio a jornalista e pesquisadora Ruth First (Fernandes 2013; O’Laughlin 2014), que marcou uma geração de pesquisadores ao assumir o comando do CEA, em Moçambique em 1979. Carlos Fernandes (2013: 20) demonstra que houve três linhas de pesquisa distintas, mas complementares: Núcleo de Estudos da África Austral, voltada para estudos sobre conjuntura internacional, especialmente a situação da África do Sul; o Curso de Desenvolvimento, que foi coordenado por First, era o espaço aonde estratégias de crescimento econômico eram pensadas; e a Oficina de História, dirigida por Aquino de Bragança, se voltava para a compreensão do que foi o colonialismo em Moçambique.

Em 1986, um antropólogo francês, chamado Christian Geffray, publicou um artigo em que criticava de maneira contundente a atuação do CEA (em 1982, Ruth First havia sido assassinada na porta do CEA, e Bragança havia sido morto em um suposto acidente de avião, poucos meses antes da publicação).<sup>14</sup> Para este autor, a submissão dos projetos do centro de pesquisa ao projeto político da Frelimo não permitia uma compreensão crítica da condição em que se encontravam as zonas rurais moçambicanas (Geffray 1988). O controverso artigo questionou a terminologia utilizada nas análises sobre tais zonas, nas quais se usava o termo “campesinato” para definir o modo de vida das populações rurais. Ele situou tal desuso do conceito enquanto um dispositivo que interessaria aos dirigentes da Frelimo. Pouco tempo após este artigo, Geffray publica a obra que selaria a diferença entre sua perspectiva e aquela mais comum na produção de língua inglesa – o livro “A causa das armas” (primeira edição francesa de 1988, e a versão em português de 1991), na qual procura demonstrar de que forma as populações rurais se relacionaram com o conflito entre Renamo e Frelimo. E ainda, porque boa parte desta população se envolveu na guerra, como a tentativa de modernização do campo e produção de desenvolvimento econômico a todo custo violentaram cosmologias e saberes tradicionais em grande parte das regiões Centro e Norte do país.

Em “A causa das armas”, Geffray logrou sistematizar uma leitura que diferencia a subsequente produção francesa do que se produziu na Inglaterra e nos Estados Unidos. Essa leitura compreende que há uma continuidade na atuação do Estado, entre colonialismo e socialismo pós-colonial. Apesar das evidentes diferenças nos discursos dos dirigentes da máquina estatal em cada período, o isolamento da população rural e a manutenção das esferas de decisão na região sul do país foram fatores predominantes em ambos os momentos. Ainda que hajam notáveis exceções à divisão heurística entre a produção em francês e em inglês (como o antropólogo Harry West e o historiador Malyn Newitt), ela continua a ter rendimentos na produção antropológica recente sobre o país. Alice Dinerman (1994, 2006), por exemplo, se coloca na linhagem de um conjunto de autores como John Saul,

---

anos 1920, e para uma descrição dos processos que compuseram a ritualística do homem novo moçambicano, no período da guerra de independência, ver a obra de José Luís Cabaço (Cabaço 2009).

14 Apesar das críticas tecidas à organização e proposta do centro de pesquisa, Geffray não deixa de render uma homenagem ao importante papel político-intelectual de ambos os pesquisadores.

Allen Isaacman, Bridget O’Laughlin e Joseph Hanlon, para caracterizar Geffray e o historiador Michel Cahen (contemporâneo de Geffray), como revisionistas da história moçambicana. A oposição entre as duas leituras, aparentemente não assumida pelos franceses, quando vista de fora, parece sinalizar que revisionistas são aqueles que não pretendem reproduzir e justificar as políticas defendidas então pelo governo socialista da Frelimo (leituras que se aproximam da compreensão de João de Pina Cabral (2004: 384) a respeito do “silenciamento das continuidades” entre a história colonial e pós-colonial do país). Tais posições informam não só parte da história dos debates intelectuais em Moçambique, mas também os posicionamentos e embates políticos da contemporaneidade no país. Cahen, por exemplo, sofreu uma espécie de contágio em 1994, ao ter se proposto a acompanhar as primeiras eleições para a presidência junto a campanha de Afonso Dhlakama, o líder da Renamo (Cahen 2004). Na ocasião, os rumores falavam sobre a possibilidade de Michel Cahen ser o intelectual da Renamo – o que seria um contrassenso, uma vez que este é um historiador de formação marxista e as conclusões de seu estudo não foram de forma alguma uma defesa desta agremiação.

As disputas entre Renamo e Frelimo, se estendem ao plano acadêmico e produzem contendas entre intelectuais. Estes parecem se diferenciar mais por aquilo que enfatizam do que por má-fé de alguma das partes. O exemplo me serve neste artigo para demonstrar o quanto o campo de estudos sobre Moçambique é dotado de tensões. Tendo claro que a mobilização de eventos na história moçambicana pode desencadear contraposições políticas tanto na academia quanto na esfera pública, retomo as formas pelas quais me aproximei de meus interlocutores e de suas experiências com mais detalhes.

## Percursos do campo

Após ter exposto alguns dos lugares estabelecidos nos estudos sobre Moçambique – e parte de suas consequências políticas, cabe demonstrar as escolhas metodológicas que se impuseram a medida que me via mais consciente das limitações éticas presentes em meu campo de pesquisa.

Adicionado aos condicionantes já enumerados, minha ida a Moçambique durante o período de pesquisa foi impedida por questões de financiamento. Portanto, estar em Curitiba passou a ser uma escolha. Como havia conhecido o país anos antes, em 2005 (em uma estada de um mês), eu não era somente um brasileiro interessado em Moçambique. Esse fator contribuiu parcialmente no estabelecimento de uma relação com os moçambicanos em Curitiba. Nossa amizade se constituiu assim, aos poucos e de forma *eventual*. Durante a pesquisa que fiz para a monografia de graduação, alguns moçambicanos ficaram mais afastados e até mudaram de ideia após haverem marcado entrevistas comigo. Aparentemente, com alguns deles minhas conversas não tinham traquejo, isso foi assim até o dia em que organizamos um *convívio* no salão de festas do edifício aonde vivem meus pais.

Convívio era expressão utilizada para chamar estas festas organizadas pelos próprios moçambicanos. Conforme procurei demonstrar em minha dissertação (Castillo de Macedo 2015: 28), estas festas se inseriam em um tipo de pedaço em Curitiba (no uso dessa expressão tal como Magnani (1984: 137) a definiu), comum a estudantes provenientes



do continente africano – ainda que participar em festas de outros países sugerisse uma proximidade afetiva, regional ou linguística (em geral moçambicanos, angolanos, cabo-verdianos e guineenses tinham uma tendência a se relacionar facilmente, embora isto não fosse algo isento de conflitos). As motivações para tais convívios eram as mais diversas, poderiam ser festas de comemoração da independência moçambicana, um aniversário, ou ainda uma despedida. Essa foi a motivação para o primeiro convívio que fui – graças ao convite de Eusébio – na metade do ano de 2012.

Meses mais tarde, ao final daquele ano, após haver terminado minha pesquisa para a monografia, João Paulo me ligou perguntando como poderíamos organizar uma festa de despedida para ele. Após pensarmos algumas possibilidades, chegamos à conclusão que seria mais fácil fazermos no salão de festas do edifício aonde eu vivo. Essa situação me colocou em uma posição ao mesmo tempo delicada e interessante pois pude compreender como se operava a organização de um convívio e como ele contribuía para a distribuição de papéis de gênero entre os moçambicanos em Curitiba. Para o presente artigo me interessa mais, no entanto, explorar os efeitos de minha participação (e de minha família) na organização do convívio de despedida de João Paulo.

É necessário aqui explicar também que minha mãe morou por três anos em Maputo. Portanto a organização do convívio em minha casa não aproximou somente meus interlocutores de minha família. Aproximou estes moçambicanos a um ambiente familiar que lhes remetia a Moçambique. Além de decorarmos o salão com panos moçambicanos, nos vestimos também com roupas feitas de capulana.<sup>15</sup> O evento ocorreu conforme a ordem e os papéis que regem os outros convívios – as mulheres cozinham e os homens levaram as bebidas. O almoço foi sucedido por um momento de oração e agradecimento (que na verdade costuma ocorrer antes da comida), aonde o homem moçambicano mais velho recebe a todos para o evento e dá graças pelos presentes. Naquele dia Arthur, um engenheiro que fazia seu mestrado em Engenharia Hidráulica, o mais velho, passou também a palavra a meu pai – um momento que emocionou a muitos dos moçambicanos ali presentes. Meu pai, negro e nascido na República Dominicana, falou das dificuldades que sofreu nos primeiros anos em Curitiba e contou como foi conhecer Moçambique.

Após esse momento, houve o canto de oração, o “Hino da África”,<sup>16</sup> que por sua vez acabou emocionando a mim e a meus pais. Na sequência iniciou-se a segunda parte da festa, após a comida, quando se começa a colocar músicas para as danças brasileiras e moçambicanas. Esta festa adentrou a noite e só terminou às 22 horas pois a música alta é proibida no edifício após este horário.

Me chamou a atenção como minha proximidade com aqueles moçambicanos que haviam ficado aumentou consideravelmente no que se seguiu àquele convívio. Especialmente com os quais eu não consegui entrevistar para minha pesquisa anterior, a organização da festa serviu como uma moeda de troca comigo e com minha família – uma vez que muitos dos que voltaram ao seu país para as férias trouxeram presentes (como panos e cervejas) como um

15 Pano de origem indiana que é utilizado (e nomeado) de diferentes formas em muitos países do continente africano.

16 Naquele dia cantado em língua zulu, mas que já foi traduzido em diversas versões locais das regiões da África subsaariana: é uma canção com temática cristã. O hino foi feito em 1897 por Enoch Sotonga, da etnia Chosa. Ele era professor na missão metodista em Johannesburgo. É também considerado o hino do Congresso Nacional Africano (Partido Sul-Africano).

gesto de agradecimento. Nos convívios que se seguiram, e em outras ocasiões em que estávamos juntos eu era apresentado como alguém que conhecia Moçambique, um brasileiro “moçambicano”.

Para compreender essa forma de apresentação volto a outra situação na festa que sugeria uma aproximação com meus interlocutores. Uma das coisas que mais havia chamado minha atenção quando estive em Moçambique foi o costume de homens darem as mãos enquanto conversavam com um amigo. Isso ocorrera comigo algumas poucas vezes na minha estada por lá. No dia da festa, pude conversar com alguns moçambicanos de mãos dadas, e percebi que essa situação sugeria um tipo de intimidade incomum com a maioria de seus amigos brasileiros. Pode-se dizer que de minha parte, aquela foi uma prática incorporadora conforme Paul Connerton (1989: 4-5) define, uma vez que há um descompasso entre praticar o ato e compreendê-lo plenamente (Connerton 1989: 90). Ainda assim tais práticas corpóreas ou corporificadas estão atreladas a momentos rituais ou ainda a memórias específicas – sendo uma espécie de prática inscritora para estes moçambicanos (lembrando que esta situação ocorreu após a oração cantada).

Logo, mesmo que eu não compreendesse plenamente o significado do toque de mãos que se mantinha ao longo de conversas sobre situações engraçadas ou enquanto se contavam piadas, o fato de fazê-lo me situava num tipo de intimidade negociada (uma vez que não ocorria igualmente com todos os moçambicanos). Michael Herzfeld (2008), no trabalho em que critica o formalismo que compõe os estudos sobre nacionalismo, demonstra como o trabalho etnográfico permite que se produza uma forma de *intimidade cultural* (Herzfeld 2008: 17), que evidencia fissuras e embaraços uma vez que expõe não somente o pesquisador, como também as impressões e contrassensos dos sujeitos pesquisados. Em minha pesquisa não creio ter sido tão clarividente a existência de uma única e unívoca intimidade, mas sim proximidades eventuais – condicionadas ao que remetiam e em qual situação nos encontrávamos.

Evidenciar parte da forma como a relação com meus interlocutores moçambicanos se deslocou, me permite demonstrar para o leitor como pude acessar relatos mais exaltados a respeito da memória política recente de Moçambique, e ao mesmo tempo o quanto este cuidado tem a ver com o caráter violento da política no país.

## Escolhas da pesquisa

Iniciei este texto trazendo algumas informações sobre o assassinato de Gilles Cistac. Sua morte impactou muito a meus interlocutores, já que ele representava uma intelectualidade não comprometida com os interesses da Frelimo. Fossem engenheiros ou sociólogos, todos já haviam ouvido ou visto alguma palestra sua, e sua morte significou um incômodo indicativo de que a democracia moçambicana estava extremamente fragilizada. Ainda assim, eu estava diante da tarefa de expor algumas das impressões a respeito do ocorrido. Enquanto sujeitos que não aparecem na mídia moçambicana suas leituras a respeito do governo não poderiam gerar consequências tão nefastas como aquelas que ocorreram com Cistac. No entanto, em minha posição enquanto pesquisador, trabalhar abertamente com os nomes verdadeiros de meus interlocutores poderia expô-los a situações constrangedoras – especialmente aqueles

cujos relatos foram utilizados e que trabalham no governo (praticamente todos). Ademais, reforçar um recorte individualista me levaria a reduzir as complexidades componentes de tal espectro político a experiências específicas. Não obstante, experiências como a de João Paulo se mostraram tão reveladoras que parecia não haver um termo entre generalizações históricas e memórias pessoais que pudesse permitir uma exploração das complexidades políticas de Moçambique sem expor os sujeitos de interlocução às intempéries de seu próprio funcionamento perverso.

Procurando dar conta das conflituosas dinâmicas epistemológicas e políticas que permearam meu campo de pesquisa, propus um caminho distinto que não me colocava nem em um limbo de neutralidade entre as posições concorrentes a respeito da história moçambicana, nem deixando de assumir as responsabilidades que a pesquisa antropológica supõe com os sujeitos pesquisados. Desta forma, me dispus a desenvolver os desdobramentos da proposta de Marilyn Strathern de tomar as imagens enquanto artefatos. Tal proposta permite que se leiam os eventos de outra forma – “tomado como *performance* deve ser conhecido por seu efeito: ele é compreendido em termos do que contém, das formas que oculta ou revela, do que está registrado nas ações de quem o testemunha” (Strathern 2014: 214, grifo da autora).

Levando em conta também a inspiração de Peter Fry (2005: 70) ao compreender a guerra do período pós-colonial enquanto um ‘evento crítico’ (Das 1996: 6) – que transforma as relações sociais e produz novas formas de ação social – compreende-se que os eventos (desde seus efeitos) são pontos privilegiados para a leitura destas relações políticas. Nas palavras de Marilyn Strathern, “o tempo não é uma linha que divide os acontecimentos; ele reside na capacidade de uma imagem evocar o passado e o futuro simultaneamente...” (Strathern 2014: 215), logo as imagens de violência da guerra permeiam também o período democrático contemporâneo. Assim, a guerra, enquanto um evento central e produtor de experiências de violência, é irredutível a qualquer descrição, mas o que ele produz, os constrangimentos que ele contém podem ser rastreados, compreendidos e delineados a partir de detalhes e fragmentos.

As remitências ao período da guerra ocorrem de forma intencional e não-intencional. Seja quando se critica o governo da Frelimo, seja quando tensões e constrangimentos reais podem ocorrer àqueles que já o criticaram. O assassinato de Gilles Cistac remeteu, entre os moçambicanos em Curitiba, ao atentado que matou o jornalista Carlos Cardoso no ano 2000.<sup>17</sup> Esse movimento pode ser lido também como uma ressonância da violência da guerra – o estado constante de alerta, de produção de inimigos que se mantém em Moçambique. Inevitavelmente, para os moçambicanos urbanos a possibilidade de sofrer qualquer tipo de retaliação é considerada sempre que se emite uma opinião para tal ou qual pessoa. Principalmente se essa opinião ou posição vai ser gravada ou registrada em algum documento – por isso que o acesso aos posicionamentos é condicionado a um grau de intimidade.

Foi em respeito a intimidade construída, que os nomes foram ocultados. E, além disso, optou-se por evidenciar as fronteiras borradas das temporalidades políticas de Moçambique. Assim o massacre de Homóine, reconstruído no trabalho a partir de fontes jornalísticas limitadas (uma vez que não pude ir a arquivos moçambicanos), me permitiu compreender

17 A morte de Cardoso levou a criação do Movimento Art. 74, pela liberdade de expressão em Moçambique. O mandante teria sido o filho do então presidente Alberto Chissano (também da Frelimo).

que a disputa por tal ou qual versão da história era também um efeito da guerra pós-colonial. Na forma como estas versões se interpuseram no linguajar político ao qual me deparei em campo, omitir-me dos dados e questões da história (e da historiografia) contemporânea de Moçambique passava a ser também uma questão ética. É com esse ponto que pretendo finalizar este artigo.

Há um reconhecimento na literatura de trabalhos antropológicos voltados ao continente africano sobre a importância da história e do conhecimento historiográfico acerca de África para a produção teórico-antropológica. O que quero chamar a atenção, enquanto uma conclusão desta breve discussão, é o quanto esta é uma etapa importante para uma compreensão ética da pesquisa etnográfica em contextos como este.

## O diálogo com a história para o dimensionamento ético

Para a historiografia, assim como para a etnografia, são as relações entre fragmentos e campos que colocam os maiores desafios analíticos (Comaroff & Comaroff 2010: 21).

Em 1992, Jean e John Comaroff publicaram o livro “Ethnography and the Historical Imagination”, e no primeiro capítulo do livro (homônimo) os autores realizaram, com base em suas pesquisas teóricas e empíricas, um recorrido pelos diálogos possíveis entre história e antropologia. Dentre as observações que evidenciam a importância política (tanto em termos das políticas do conhecimento, como nos embates da política institucional), e etnográfica – na possibilidade de uma melhor compreensão das subjetividades e agências – do diálogo com a história e a historiografia, fica implícita também uma contribuição ética para nossas pesquisas.

Da mesma forma Wilson Trajano (2012: 25) ao comentar os “usos e abusos” nos estudos sobre fluxos no continente africano, chama a atenção para as perversidades do “presentismo”. O mesmo autor, em debate registrado documentalmente, recorda a compreensão geertziana de que não estudamos as aldeias, mas nas aldeias (Trajano et al. 2009: 9) – para chamar a atenção para o cuidado com a tentação de submeter os contextos de pesquisa às realidades nacionais macrossociais que estão envolvidas, como na ideia de uma “Antropologia Brasileira na África”. Na ocasião deste debate, importantes questões foram levantadas a respeito desse movimento (que me parecem pertinentes a todos brasileiros que trabalham com o continente africano), cito as principais: “1) Qual ‘antropologia brasileira’ na África?; 2) As fronteiras culturais da África e os limites do Império, das noções de PALOP<sup>18</sup> e de CPLP;<sup>19</sup> 3) A língua portuguesa: potenciais e armadilhas; 4) Outras questões políticas”. No decorrer das questões abordadas, me parece que as limitações éticas colocadas pelos antropólogos participantes eram nuançadas a partir de compreensões e tensões históricas e historiográficas em comum com relação ao continente.

Dar atenção a estes fatores (históricos) é compreender, como o fizeram os Comaroff (ex-alunos de Edmund Leach), a sociedade enquanto um processo no tempo (na versão

18 Sigla da Organização dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

19 Sigla de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

brasileira, Leach (2014: 69)). Esse movimento, no entanto, não pode ser feito de qualquer maneira, as leituras sobre o processo guardam interesses e posições que também compõem o tecido de uma etnografia. Ter em conta a dinâmica das versões me possibilitou um maior cuidado na forma como compunha o argumento de minha pesquisa. Além desse aspecto, as sensibilidades históricas da política em Moçambique, permitiram que eu ficasse mais atento aos condicionamentos da produção de dados etnográficos na minha relação com os moçambicanos em Curitiba.

Se por um lado pude verificar, conforme avaliou Cristian Geffray em seu artigo de 1988, um comprometimento maior de alguns autores anglofalantes com a proposta da Frelimo, pude compreender que às análises dos autores franceses subjazia uma utilização mais purista de conceitos como “nação” e “Estado”. O que não significou que ambas vertentes não tenham contribuído para a produção sobre a história de Moçambique. É em situações como no assassinato do professor Cistac que observamos a violência da dinâmica política de Moçambique se reproduzir e reiterar os constrangimentos que calam os traumas e memórias do período da guerra pós-colonial. Esta que continua a produzir vítimas, entre notáveis e anônimos da população moçambicana.

## Referências

- ANDERSON, Benedict. 2008. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CABAÇO, José Luís. 2009. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Unesp.
- CAHEN, Michel. 2004. *Os outros: um historiador em Moçambique*. Basel: P. Schlettwein Publishing Switzerland.
- CASTILLO DE MACEDO, Victor Miguel. 2013. *Moçambique, Novas Machambas: trajetórias e experiências de engenheiros florestais moçambicanos em Curitiba*. Monografia de Conclusão de Curso. Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná.
- \_\_\_\_\_. 2015. *Memórias, Silêncios e Intimidades: Sobre a política no Moçambique contemporâneo (1975-2015)*. Dissertação de Mestrado. PPGAS, Universidade Federal do Paraná.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. 2010. “Etnografia e Imaginação Histórica”. *Revista Proa*, 2(1):1-72. Tradução de Iracema Dulley & Olívia Janequine.
- CONNERTON, Paul. 1989. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University.
- DAS, Veena. 1996. *Critical events: an anthropological perspective on Contemporary India*. Delhi: Oxford University.
- \_\_\_\_\_. 1999. “Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(40):31-42.
- DINERMAN, Alice. 1994. “In search of Mozambique: the imaginings of Christian Geffray in La cause des armes au Mozambique: anthropologie d’une guerre civile”. *Journal of Southern African Studies*, 20:569-586.

- \_\_\_\_\_. 2006. *Revolution, counter-revolution and revisionism in post-colonial Africa. The case of Mozambique, 1975 – 1994*. New York: Routledge.
- FERNANDES, César. 2013. “Intelectuais Orgânicos e legitimação do Estado no Moçambique pós-Independência: o caso do Centro de Estudos Africanos (1975-1985)”. *Afro-Asia*, 48:11-44.
- FRY, Peter. 2005. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GEFFRAY, Christian. 1988. “Fragments d’un discours du pouvoir (1975-1985): du bon usage d’une méconnaissance scientifique”. *Politique Africaine: Mozambique: Guerre et Nationalismes*, 29:71-85.
- \_\_\_\_\_. 1991. *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.
- HERZFELD, Michael. 2008. *Intimidade cultural: poética social no Estado-Nação*. Lisboa: Edições 70.
- LEACH, Edmund. 2014. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia. Um estudo da Estrutura Social Kachin*. São Paulo: Edusp.
- MACAGNO, Lorenzo. 2005. “Lendo Marx ‘pela segunda vez’: experiência colonial e a construção da nação em Moçambique”. In: *IV Colóquio Marx e Engels*, IFCH, Universidade de Campinas.
- \_\_\_\_\_. 2009. “Fragmentos de uma imaginação nacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(70):17-36.
- MAGNANI, José Guilherme C. 1984. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense.
- MORAIS, Sara Santos. 2012. *Múltiplos regressos a um mundo cosmopolita: moçambicanos formados em universidades brasileiras e a construção de um sistema de prestígio em Maputo*. Dissertação de Mestrado. DAN, Universidade de Brasília.
- MOURÃO, Daniele Ellery. 2006. *África “na pasajen”: identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdianas*. Dissertação de Mestrado. Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará.
- MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chalé João. 2006. *O mito atlântico: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas*. Dissertação de Mestrado. PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- NGOMANE, Yara Neusa. 2010. *Estudantes moçambicanos em Belo Horizonte: uma discussão sobre a construção identitária e redes de sociabilidade*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. PPGAS, UFSCar.
- O’LAUGHLIN, Bridget. 2014. “Ruth First: a revolutionary life in revolutionary times”. *Review of African Political Economy*, 41(139):44-59.
- PEDRO, Verônica Tchivela. 2000. *Identidades traduzidas num mundo globalizado: os estudantes “africanos” em Florianópolis*. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

- PINA CABRAL, João de. 2004. "Cisma e continuidade em Moçambique". In: J. de Pina Cabral & C. Carvalho, *A persistência da história: passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. pp. 375-391.
- POLLAK, Michael. 1989. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*, 2(3):3-15.
- STRATHERN, Marilyn. 2014. Artefatos da história: os eventos e a interpretação de imagens. In: \_\_\_\_\_. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify. pp.2 11-230.
- SUBUHANA, Carlos. 2005. *Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SUMICH, Jason. 2007. "The illegitimacy of democracy? Democratisation and Alienation in Maputo, Mozambique". *Working Paper: Crisis States Research Centre, London School of Economics*, 16:1-16.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. 2008. "Escravos sem dono: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista". *Revista de Antropologia*, 51(1):179-214.
- TRAJANO, Wilson. 2012. "A África e o Movimento: reflexões sobre os usos e abusos dos fluxos". In: J. Braz Dias & A. S. Lobo, *África em Movimento*. Brasília: ABA. pp. 23-46.
- TRAJANO, Wilson; THOMAZ, Omar Ribeiro; BRAZ DIAS, Juliana; SILVA, Kelly. 2009. *Antropólogos Brasileiros na África: algumas considerações sobre o ofício disciplinar além-mar*. Brasília, DAN/UnB. Série Antropologia, v. 430.

Recebido em 30 out. 2015.

Aceito em 05 out. 2016.

